

## **Para além do Império Ultramarino Português: as redes trans e extraimperiais no século XVIII**

Fábio Pesavento \*

**Resumo:** Desde antes de 1750, o porto carioca já se destacava nos quadros do império ultramarino português. Com base na amostra de 2.200 procurações coletadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, foram identificadas três dimensões básicas de interação de redes: transimperial, extraimperial e intrainperial. As redes transatlânticas imperial englobam agentes que estão localizados dentro e fora de um determinado império, mas estão conectados. A rede trans pode ser “quebrada” em duas menores: redes extraimperial e intrainperial. O presente trabalho mostrou alguns exemplos daquelas redes atuantes no império ultramarino português durante a segunda metade do século XVIII revelando que no Rio de Janeiro operavam uma trama de negociantes de diversas nacionalidades e impérios.

**Palavras Chaves:** Rio de Janeiro, redes de negócio e transimperial.

**Abstract:** Since before 1750, the port Rio has highlighted in the tables of the Portuguese overseas empire. Based on the sample of 2200 proxies collected in the National Archives of Torre do Tombo in Lisbon, were identified three basic dimensions of interaction networks: transimperial, extra-and intrainperial empire. The trans-Atlantic imperial includes agents that are located inside and outside of a particular empire, but they are connected. The transport network can be "broken" in two children: extra imperial networks and intrainperial. This study showed some examples of such networks operating in the Portuguese overseas empire during the second half of the eighteenth century shows that in Rio de Janeiro operating a network of dealers of various nationalities and empires.

**Key-Words:** Rio de Janeiro, network business, transimperial.

### **INTRODUÇÃO**

Desde antes de 1750, o porto carioca já se destacava nos quadros do império ultramarino português. A origem desse processo, em boa medida, remonta à expansão da região mineira, com a descoberta do ouro na virada do século XVII para o XVIII. O ouro gerou um aumento no fluxo de bens e serviços para a região mineira, o qual intensificou o comércio de abastecimento, levando ao estabelecimento de uma série de redes comerciais. Essas redes podiam cobrir grandes distâncias, em continentes diferentes, dentro e fora um determinado império. Além disso, essas redes são de naturezas diferentes, como a família, religião, comércio, burocrático e informacional.

---

Parte da tese de doutorado apresentada no PPGE-UFF em fevereiro de 2009.

\* Professor da ESPM/RS, doutor em economia pela UFF, [fpesavento@espm.br](mailto:fpesavento@espm.br).

Com base na amostra de 2.200 procurações coletadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa, foram identificadas três dimensões básicas de interação de redes: transimperial, extraimperial e inraimperial. O objetivo do presente trabalho é apresentar o conceito de redes trans, extra e inraimperial assim como mostrar alguns exemplos daquelas redes atuantes na praça do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XVIII.

## **2. As redes trans e extraimperiais: os estrangeiros lisboetas operando no Rio de Janeiro durante o XVIII**

A principal base documental empregada para a construção dos conceitos de redes transimperiais foi a amostra de 2.200 procurações levantadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) em Lisboa. A estas são somadas as escrituras de sociedade mercantil e de dívida depositadas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (AN), no ANTT, e o fundo “Avulsos Rio de Janeiro” do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) dentro do projeto resgate.

Infelizmente, não se teve tempo suficiente para um levantamento completo das procurações lisboetas envolvendo o Rio de Janeiro, durante o período 1750-90, no ANTT. Apenas para se ter uma idéia do montante, no ano de 1750, existem mais de 3.479 escrituras inventariadas no fundo Cartório do Distribuidor (CD). Em 1751, são 3.136, sendo que algumas páginas estavam danificadas, o que elevaria para um número próximo de 3.500 escrituras.

As procurações seguem a mesma trajetória numérica. No ano de 1756, há 1.992 procurações em Lisboa, dentre as quais 116 envolvem a economia carioca, ou seja, 6%. Já no ano seguinte foram 2.272 procurações, sendo 157 para a praça carioca, algo em torno de 7%. A amostra das procurações coletadas no ANTT seguiu a seguinte forma. De 1750 a 1755 não se teve acesso à totalidade das procurações devido à falta de informação sobre o local para onde estava sendo dada a procuração. Já de 1756 a 1773, acredita-se que foi coberto boa parte das procurações que envolviam a economia fluminense, uma vez que cada procuração catalogada no CD apresentava uma pequena descrição dos seus objetivos e do local. No período posterior (até 1790), realizou-se uma amostra com os tabeliões que geralmente apresentavam maior volume de procurações para o Brasil.

Com base nos anos de 1756 e 1757, afora o trabalho empírico de observar mais de 10.000 procurações e escrituras por semana, pode-se auferir que a maioria das procurações era destinada para Lisboa ou dentro dos limites de Portugal (incluindo as Ilhas), envolvendo as mais diferentes situações (casamentos, cobranças, tenças e etc). Já dentre aquelas endereçadas para o Brasil, 80% iam para o Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia.

Poucas são as procurações que revelam os valores das cobranças de dívidas ou outras obrigações. Mesmo assim, o volume da amostra coletada mostra que os valores envolvidos chegam a 354 contos de réis. Esses dados referem-se às procurações, pois quando consideradas as escrituras de sociedades ou escritos de dívida, tais números elevam-se. Por exemplo, coletou-se 66 escrituras de sociedade mercantil entre Lisboa e o Rio de Janeiro, entre 1750-91, que totalizam 176 contos de réis. Já os escritos de dívida envolvendo negociantes cariocas (ou atuantes na praça do Rio de Janeiro), somam 242 contos de réis, somando 77 escritos de dívida. São valores que não podem ser desprezados.

Com base na amostra coletada, foram identificadas três dimensões básicas de interação de redes: transimperial, extraimperial e intrainperial (PESAVENTO & PRADO, 2009; PRADO, 2009). A utilização de trans como um prefixo é gravado no dicionário Merriam-Webster como algo situado dentro e fora de uma região específica, através de um fluxo que se passa e para além de um ponto específico. Assim, a utilização das redes trans-européias engloba agentes que estão localizados dentro e fora de um determinado império, mas estão conectados. No presente estudo, este tipo de relação pode ser exemplificado pelos comerciantes situados em Lisboa, com os parceiros comerciais em Londres e Rio de Janeiro. Essa estrutura permitiu que mercadorias, informações e pessoas atravessassem os limites e distâncias geográficas imperiais.

As redes transimperiais são constituídas de redes de agentes estrangeiros, os quais eram os importantes elos que instituíram as conexões que atravessavam um império além de seus limites geográficos. Isso é evidente quando se analisa o importante negociante lisboeta, o holandês Ludero Illius. A casa comercial de Ludero, a Ludero Illius & Cia, importava bens da Inglaterra e de outras partes da Europa e após os reexportava-os para o Rio de Janeiro e outros destinos dentro do império português. Através dessas redes, não apenas de produtos, mas também de crédito, as informações passaram para além das fronteiras políticas de um império. Ao analisar esse tipo de redes, pode-se “quebrá-la” em duas de menores categorias de análise: redes extraimperial e intrainperial.

Por extraimperial se refere à operação de aquisição de bens ou de informações fora de um império, enquanto intrainperial entende-se a operação de redistribuição desses bens e de informações para outras regiões, todas dentro do império. No exemplo de Ludero, a operação entre Londres e Lisboa seria a parte da rede extraimperial, enquanto que a operação de reexportação dos produtos de Lisboa para o Rio de Janeiro, seria a intrainperial. Ambas as dimensões não podem ser entendidas separadamente, são elementos constitutivos das grandes

e poderosas redes transeuropeias-imperiais. Ludero, nesse caso, aparece como o nó de ligação desta rede.

A dimensão extraimperial é a sua primeira fase. Geralmente acontece fora de um império. Assim, os agentes envolvidos na transação estão operando, geográfica e institucionalmente, fora dos limites da sua política. Como resultado, esses agentes são responsáveis pela construção, simbólica e material, do estabelecimento de ligações e de operações que não ficam restritas à economia, o que proporciona um caráter de relações culturais e políticas.

É sabido que o contrabando era recorrente no comércio do século dezoito. Nesse sentido, as redes extraimperiais não se limitavam às operações que passavam pelo centro metropolitano ou autoridades constituídas. As transações que atravessaram os limites formais eram comuns nos portos do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Colônia do Sacramento. Evidentemente que operações legais também ocorriam. É o caso de diversos homens de negócio lisboetas envolvidos com o tráfico de escravos em Buenos Aires. Por exemplo, Luis Cantofer, quando obtém licença da Coroa Espanhola para introduzir em Buenos Aires 1.000 escravos em embarcações portuguesas, em 13 de junho de 1782.<sup>1</sup> O mesmo procedimento ocorreu em 12 de abril de 1799, com o doutor Antônio Lopes, comerciante de Lisboa, que introduziu 1.000 escravos em Buenos Aires, em embarcações “*neutrales*”.<sup>2</sup>

Como mencionado acima, as redes extra e intrainperiais são partes constitutivas de uma rede transeuropeia-imperial. Assim, o papel dos agentes (como Ludero) e seus parceiros foram cruciais. Os agentes utilizaram recursos e agências localizados fora e dentro do império para obter benefícios e lucros. Portanto, o agente liga dois espaços geográficos e institucionais em dois diferentes impérios, ocupando uma posição chave. Essas redes, embora liderada por grandes negociantes, incluíam pessoas de diferentes grupos sociais, como os burocratas, artesãos, caixeiros, marinheiros, militares e peões.

A vantagem diferencial desses agentes residia, também, no fato de realizarem conexões entre dois ou mais impérios. Assim, construíram importantes parcerias com agentes que controlavam recursos e redes dentro de seus respectivos nichos institucionais. A análise dos dados, a seguir, sugeriu que as redes transimperiais, devido às suas grandes dimensões, que abrangiam grandes distâncias, exigiam um elevado nível de confiança entre os membros dessas organizações. As grandes distâncias, o montante do capital, o tempo e a importância das informações envolvidas nestas operações, exigiam um nível mais elevado de confiança

---

<sup>1</sup> Real Academia de História de Madrid, tomo CX, p.228.

<sup>2</sup> Real Academia de História de Madrid, tomo CXIX, p.254.

entre os agentes participantes, se comparadas com pequenas redes que possam operar em níveis locais. Portanto, as três dimensões das redes exploradas atuavam com interdependência e se articulavam marginalmente em função da troca de informação entre as diferentes redes.

Exemplos de redes transimperiais podem ser encontrados, principalmente, nas escrituras de escritos de dívida e procurações envolvendo negociantes estrangeiros radicados em Lisboa, na segunda metade do setecentos. Os ingleses, hamburgueses, italianos, franceses e holandeses atuantes na Praça Lisboeta tinham contatos com inúmeros representantes no exterior, atuando fora da fronteira do império ultramarino português, além, é claro, com os agentes fluminenses. O quadro 1 abaixo faz um resumo dos principais negociantes estrangeiros<sup>3</sup> atuantes em Lisboa e que estavam envolvidos com a economia do Rio de Janeiro no XVIII.

**Quadro 1 – Origem negociantes estrangeiros de Lisboa atuantes no RJ**

<b>Origem</b>	<b>Número de procurações/escrituras</b>	<b>Valor (contos de Réis)</b>
Franceses	65	16,1
Ingleses	65	8,5
Hamburgueses	58	23,1
Alemães	17	10
Espanhóis	7	4
Italianos	17	7
Holandeses	19	20

Fonte: ANTT, CD. Elaboração própria.

Pelo quadro acima, a participação dos ingleses, franceses e hamburgueses se destaca na economia carioca. A maioria das agências realizadas pelos procuradores dos estrangeiros de Lisboa, no Rio de Janeiro, era relacionada à cobrança de dívidas não pagas. A fim de exemplificar uma rede transimperial, apresenta-se a casa de negócio do negociante holandês radicado em Lisboa, Henrique Poppe, que corria sob o nome de *Gildemeester & Cia*. Tratava-se de uma “casa de negócio nesta corte (Lisboa), que trabalha com venda e compra de fazendas inglesas”<sup>4</sup>. Poppe tinha negócios não só no Rio, mas em diversas partes do império e em outros países, através de seguros e fretamento de embarcações, junto com seu sócio, o cônsul holandês em Lisboa, Daniel Gildemeester (PEDREIRA, 1996). Esse exemplo de casa de negócio estrangeira estabelecida em Lisboa demonstra o que é uma rede transimperial, uma casa de negócio holandesa em Lisboa, que comprava fazendas da Inglaterra e revendia-as em

<sup>3</sup> Considerando aqueles agentes que o documento faz referência a sua nacionalidade. Por exemplo: “João Crawford homem de negócio inglês morador em Lisboa e de partida para Inglaterra”. □ Contando os sobrenomes, porém sem o qualificativo da nacionalidade, este número elevar-se-ia.

todo o império português. No entanto, os negócios dos grandes negociantes (estrangeiros ou não) não se restringiam ao comércio ultramarino. Geralmente, diversificavam seus investimentos em Lisboa com bens imóveis, por exemplo. É o caso do Palácio dos Seteais, que foi erguido em Sintra por Daniel Gildemeester durante o século XVIII.

Os empréstimos também se faziam presentes dentre as atividades dos negociantes envolvidos em redes transimperiais. Um exemplo é dado em 1761, quando de um escrito de dívida de 55 contos de réis, no qual Antônio de Abreu Guimarães (morador no Rio de Janeiro e capitão de navios) aparece como devedor para a casa de negócio britânica *Purry, Mellish & Devisme*. Esta casa de negócio, situada em Lisboa, é responsável por inúmeros empréstimos a outros importantes negociantes cariocas e brasileiros. Na verdade, David Purry era suíço, mas ao se estabelecer em Lisboa, naturalizou-se inglês. Era considerado o banqueiro da corte portuguesa, alcançando 475.000 cruzados de patrimônio em 1776. Junto com Gerard Devisme, os dois britânicos atuavam na compra e exportação de diamantes em bruto e de madeiras exóticas brasileiras, além de outros negócios mundo a fora. Os próprios arrendaram o contrato do pau-brasil em 1766. Além de suas “larguíssimas possibilidades financeiras” a casa tinha inúmeros correspondentes no estrangeiro (ARAÚJO, 2003).

Outro devedor desta casa é Bernardo Gomes da Costa<sup>5</sup>, grande negociante lisboeta e arrematador de inúmeros contratos no Rio de Janeiro, como o do dízimo real em 1770. Naquela oportunidade, novembro de 1761, devia mais de três contos de réis que seriam pagos na próxima frota vinda do Rio de Janeiro. Portanto, os negócios dos ingleses não estavam limitados ao fluxo de bens, mas também a expressões monetárias sob a forma de empréstimos. Além daqueles negócios, os contratos régios também faziam parte de seus investimentos.

Outras duas casas inglesas atuantes em Lisboa eram *Mayne, Burn & Maynes* e *Elias Perochon & Cia*. Ambas destacam-se na cobrança de dívidas a negociantes atuantes na Praça do Rio de Janeiro. Por exemplo, *Mayne* cobra de João do Couto Pereira (homem de negócio do Rio de Janeiro), em 1758, por uma dívida de fazendas secas que ainda não haviam sido pagas. Nessa oportunidade, os procuradores de *Mayne, Burn & Maynes* eram o familiar do Santo Ofício Manoel Luis Vieira<sup>6</sup>, Manoel Rodrigues Abrantes e Antônio José Diniz. João do Couto Pereira parece ter quitado a dívida, pois em 1761 seu irmão José vai ser procurador dos ingleses no Rio.

---

<sup>4</sup> ANTT, CD, 2º Cart., livro 585, cx.124.

<sup>5</sup> Sobre Bernardo Gomes da Costa cf. Guimarães & Pesavento (2007).

<sup>6</sup> Sobre Manoel Luis Vieira cf. Alden (1954).

Um dos sócios da *Mayne, Burn & Maynes*, Duarte Burn, sai da sociedade em 1764, pois nesse mesmo ano passa uma procuração para Pedro Telmo Lima e outros para, no Rio de Janeiro, realizar diversas agências e cobranças “do que até 30 de junho desse ano se devia a casa da sua sociedade que se chamou *Mayne, Burn e Maynes*”.<sup>7</sup> Portanto, depois de 1764, *Mayne, Burn & Maynes* passa a se chamar *Mayne & Cia*. Bernardo Gomes Costa, novamente, também aparece como devedor da *Mayne, Burn & Maynes*, no valor de 923\$495 réis, por conta de uma dívida atrasada. A amostra revelou que esta casa de negócios tinha mais de 14 contos de réis por conta de dívidas ativas com negociantes fluminenses. Geralmente, eram cobradas dívidas atrasadas em torno de três ou quatro anos, pela compra de fazendas secas, empréstimos ou letras de risco vencidas.

*Mayne* não estava limitado ao circuito Lisboa-Rio de Janeiro. Operava numa rede que englobava *Liverpool* (Inglaterra), através do importante comerciante envolvido no comércio de escravos *William Davenport*. Segundo consta na documentação inglesa depositada no *Merseyside Maritime Museum*<sup>8</sup>, *Mayne* aparece como sócio de *Davenport* no tráfico de escravos, assim como cobrava, em Lisboa, os devedores do negociante inglês. Importante destacar, portanto, que esta rede acabava por conectar diferentes impérios (próprio de uma rede transimperial), pois interligava importantes praças mercantis (*Liverpool*, Lisboa, África e América espanhola e portuguesa) através do tráfico de escravos, crédito, mercadorias afora as inúmeras outras transações de compra e venda.

Outras relações transimperiais podem ser realizadas a partir dos devedores de *Mayne* na praça carioca. Entre eles se destacam: Miguel Fernandes Guimarães e seu irmão Bento Fernandes Guimarães, os quais deviam a quantia de 4:584\$635 réis em 1764, por conta de dívida feita em 1760. Outro devedor de *Mayne* foi José Francisco Viana & Cia os quais deviam 3:762\$850 réis em 1764, por conta de dívidas realizadas em 1760 e 1761. Outro foi Bernardo José Alvares e Manoel Afonso Chaves deviam 4:919\$580 réis em 1764, por conta de dívida contraída em 1760.

Ao contrário da *Purry, Mellish & Devisme*, a *Mayne, Burn & Maynes* tinham diversos procuradores no Rio, mas Antônio Ribeiro de Avelar (assistente e depois homem de negócio do Rio de Janeiro) e Antônio dos Santos (assistente no Rio) estão sempre entre seus principais representantes. É importante destacar que, Antônio Ribeiro Avelar e Antônio dos Santos eram primos, sócios de um trapiche em Inhomirim e, no caso de Antônio Ribeiro Avelar, junto com

---

<sup>7</sup> ANTT, dezembro de 1764, tabelião Ignácio Mathias de Melo, atual 14º cart. (antigo 3º).

<sup>8</sup> MMM, archives of William Daveport: 1725-97, p.6 verso.

seu irmão José Rodrigues da Cruz, foram proprietários do engenho de Pau Grande<sup>9</sup>. Além disto, a irmã de Antônio Ribeiro Avelar e José Rodrigues da Cruz, Ana Joaquina da Conceição, foi casada com José Rodrigues Pereira de Almeida, negociante de Lisboa, com sociedade com seu cunhado Antônio Ribeiro Avellar e Antônio dos Santos em importantes contratos no Rio Grande do Sul, na década de 1790 (OSÓRIO, 2000).

*Elias Perochon & Cia* era outra casa britânica em Lisboa que se destacava no volume de transações com negociantes brasileiros. Além de compra e venda de embarcações, faziam fretamentos de navios para diversas partes do império. Um exemplo de que as casas inglesas não estavam presentes apenas dentro do império ultramarino português é dado em 1757, quando *Elias Perochon & Cia* cobram dívidas de negociantes atuantes em Madrid e Buenos Aires<sup>10</sup>.

A trajetória de um procurador de um negociante estrangeiro em Lisboa atuante no Rio de Janeiro revela que, em boa medida, eles ampliam seus negócios e ascendiam socialmente. É o exemplo de Francisco Ferreira Guimarães. Francisco vai ser procurador de outras casas britânicas (como a Pedro Lucas & Cia) e de diversos homens de negócio de Lisboa (incluindo contratadores) aparecendo em mais de 16 procurações entre 1756 e 1769. A ascensão de Francisco é nítida, pois em 1756 é assistente no Rio, em 1761 aparece com uma casa de negócio na praça carioca e, em 1763, como homem de negócio do Rio de Janeiro. Também aparece envolvido com o comércio na África, através dos negociantes lisboetas Domingos Dias da Silva (Ordem de Cristo) e José Alvares Bandeira, ambos contratadores do contrato de saída dos escravos de Angola. Francisco Ferreira é o principal procurador de *Elias Perochon & Cia* e suas cobranças somam mais de 43 contos de réis. Entre os principais devedores de *Elias Perochon & Cia* figuram Domingos Lopes Loureiro, Cosme Damião, José Gonçalves Pena, Antônio Luis Peixoto e Domingos Mendes de Souza.

Além de casas de negócios britânicas, também existiam representantes de outras nacionalidades em Lisboa. Os hamburgueses, por exemplo, somam mais de 50 casas que tinham negócios envolvendo o Rio de Janeiro. É o caso do já citado *Ludero Illius & Cia* e de *Metzner & Poppe*. Apesar da predominância de ingleses e hamburgueses, existiam negociantes de outras nacionalidades, como os holandeses, italianos e franceses. Um exemplo é o banqueiro de Roma *Francisco Candidi*. Em março de 1775, o banqueiro cede procuração para Bartolomeu Sacomano e seu filho João Caetano Sacomano (moradores do Rio de

---

<sup>9</sup> Sobre Antônio Ribeiro Avelar e o engenho de Pau Grande e de Ubá cf. Lenharo (1993); Fragozo (2001); Moraes (1994).

<sup>10</sup> ANTT, CD, 9º A cart. (antigo) livro 550, cx.92.

Janeiro) cobrarem e haverem no Rio o que lhe deve o reverendo padre João Francisco da Costa.

Entre os italianos se destaca a companhia *Pitaluga & Cia* que manda André Simões Lima (assistente no RJ) cobrar 790\$705 réis de Miguel Lopes Oliveira & Cia, em 1760. A mesma companhia italiana radicada em Lisboa faz outra cobrança em 1763. Entre os franceses destaque para *Luis Beaumont*, o qual manda André Simão Lima para agências e cobrança de 5:222\$670 réis, em 1763, que lhe deve Joaquim Ricardo da Silva em fazendas mercantis cobradas e não pagas. *Pedro Batista Pedegoche* é outro francês que aparece com regularidade na documentação. Seus procuradores são João Hopman, Loureiro Fernandes Viana e o capitão Ignácio Nascentes Pinto. Além do Rio, ele cede procurações para diferentes partes do Brasil (Santos, São Paulo, Goiás, Cuiabá), todas para “cobrarem e haverem a seu poder tudo que se deva e pertença e ele outorgante, carregações, obrigações e etc”.

A análise realizada anteriormente (PESAVENTO, 2009) mostra que os estrangeiros utilizavam quase sempre os mesmos procuradores no Rio de Janeiro. A exceção se dava quando a composição da companhia se alterava, ou os procuradores tomavam ações que prejudicavam a sua reputação, abalando o nível de confiança entre as partes, principalmente no caso de má conduta nos negócios. Foi o caso de Manoel Luis Vieira, pois após sofrer um processo devido à má gestão do contrato dos subsídios das aguardentes e do azeite doce, em 1764, não apareceu mais nas procurações (PESAVENTO, 2009).

Um desdobramento interessante é o fato de que os procuradores dos estrangeiros também cediam créditos a negociantes da praça carioca. Foi o caso de Antônio Ribeiro de Avelar, José do Couto Pereira, Antônio dos Santos, Francisco Ferreira Guimarães, Agostinho de Faria Monteiro, Domingos Rebelo Pereira, Manoel Barboza dos Santos e Antônio Gonçalves de Oliveira. Estes, por sua vez, concediam empréstimos no Rio de Janeiro para outros agentes, o que parece caracterizar uma rede transimperial de endividamento-financeiro. Capitais vindos de negociantes estrangeiros em Lisboa engendraram uma cadeia de endividamento, na medida em que além dos empréstimos diretos a negociantes cariocas, seus procuradores também emprestavam.

## REFERÊNCIAS

ALDEN, Dauril. Manoel Luís Vieira: An entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil's eighteenth century agricultural renaissance. *The Hispanic American Historical Review*, n.4, nov.1954, p.521-37.

ARAÚJO, Agostinho Rui Marques. Das riquezas do Brasil aos gastos e gostos de um suíço em Lisboa: David de Purry, um amigo de Pombal (1709-1786). *Revista da Faculdade de Letras*, I série, v.2, 2003, p.109-137.

FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PESAVENTO, Fábio. Os contratadores e os contratos do Rio de Janeiro: estudo de uma sociedade mercantil. IN: CHAVES, Claudia Maria das Graças;

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

MORAES, Roberto Menezes de. *Os Ribeiro Avellar na fazenda de Pau Grande*. Patty de Alferes, 1994.

OSÓRIO, Helen. Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. *Revista Brasileira de História*, vol.20, n.39, 2000.

PEDREIRA, Jorge. Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822). *Análise Social*, vol. xxxi, 1996, p. 355-379.

PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. PPGGE-UFF, Niterói, 2009. Tese de doutoramento.

\_\_\_\_\_; PRADO, Fabrício. *Beyond the Portuguese Atlantic: Trans and Extraimperial Networks in Eighteenth-Century Lisbon, Rio de Janeiro, Rio de la Plata, and London*. 2009, prelo.

PRADO, Fabrício. *In the Shadows of Empires: Transimperial Networks and Reform in Late Colonial Rio de la Plata*. Atlanta: Emory University, 2009. Tese de Doutoramento. (prelo)